

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.461.701 - SP (2019/0059260-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : ANTONIO PAULO SELLES JUNQUEIRA  
**ADVOGADO** : ANDRE LUIS DE ANDRADE E OUTRO(S) - SP239413  
**AGRAVADO** : DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA  
**ADVOGADOS** : GUSTAVO LORENZI DE CASTRO E OUTRO(S) - SP129134  
GUILHERME MATOS CARDOSO - SP249787

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. 1. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO RECLAMO. 2. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 DO STF E 211 DO STJ. 3. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA INDEFERIDO NA ORIGEM. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO ESTADO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. ANÁLISE DOS REQUISITOS PARA CONCESSÃO DA GRATUIDADE PLEITEADA. REEXAME DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 4. CONSTRIÇÃO DE IMÓVEL. ALEGAÇÃO DE IMPENHORABILIDADE DE BEM DE FAMÍLIA. TRIBUNAL DE ORIGEM QUE, COM ESTEIO NOS ELEMENTOS FÁTICO-PROBATÓRIOS REUNIDOS NOS AUTOS, CONCLUIU PELA NÃO CARACTERIZAÇÃO DO BEM DE FAMÍLIA. ALTERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ. 5. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. 6. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS, AUSÊNCIA DE REQUISITO PARA SUA FIXAÇÃO. 7. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Na origem, Antônio Paulo Selles Junqueira interpôs agravo de instrumento, com o propósito de obter efeito suspensivo ativo, em desfavor da decisão interlocutória que, na ação de execução de título extrajudicial, ajuizada por Dow Agrosciences Industrial Ltda., indeferiu o pedido de gratuidade jurídica e acolheu parcialmente a impugnação à penhora, recaindo sobre 50% do imóvel matrícula n. 47.428.

Ao apreciar o agravo de instrumento, a Vigésima Segunda Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu, por unanimidade, negar

provimento ao recurso nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 870):

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. ALEGAÇÃO DE BEM DE FAMÍLIA. INCONFORMISMO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU O PEDIDO DE GRATUIDADE JURÍDICA E ACOLHEU EM PARTE A IMPUGNAÇÃO À PENHORA, COM O FIM DE QUE A MESMA RECAIA SOBRE 50% DE IMÓVEL. INEXISTÊNCIA DE PROVA SATISFATÓRIA APTA AO DEFERIMENTO DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA.

ACOLHIMENTO DA TESE DE QUE A ALIENAÇÃO DO BEM DESCARACTERIZA SUA IMPENHORABILIDADE. ATO FRAUDULENTO. PATENTE DESPROPORÇÃO ENTRE OS IMÓVEIS ALIENADO E ADQUIRIDO. APLICAÇÃO DO ART. 4º, DA LEI Nº 8.009/90. RECURSO IMPROVIDO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ, fls. 906-910).

Nas razões do recurso especial, o recorrente, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, alegou, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 1º, 3º, 4º e 5º da Lei n. 8.009/1990; e 99, *caput* e §§ 3º e 7º, 726, III, e 828, § 4º, do CPC/2015; e da Súmula 375 do STJ, com base nos seguintes argumentos: **a)** concessão de efeito suspensivo ao recurso especial; **b)** pugnou pela reforma do acórdão recorrido, a fim de que seja concedido o benefício da assistência judiciária gratuita, tendo em vista que demonstrou, através de documentos, sua condição de hipossuficiência; **c)** defendeu que adquiriu novo imóvel em substituição a outro, comprovando que residia juntamente a sua família nesse novo imóvel, além de que, quando houve a substituição, inexistia registro de penhora para aquisição do imóvel atual, sendo que essa matéria encontra-se preclusa, porém, apesar de ter demonstrado que o imóvel foi utilizado para sua moradia e de sua família, o TJSP entendeu que estaria caracterizada a má-fé presumida; **d)** nos termos do Novo Código de Processo Civil, o reconhecimento da fraude à execução depende do registro de penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente; **e)** no caso, não se trata de nenhuma das hipóteses de inoponibilidade da exceção de bem de família, desse modo, encontra-se impenhorável, por ser único bem de família; e **f)** por fim, alegou que a má-fé não foi demonstrada e não pode ser presumida.

Contrarrazões apresentadas às fls. 989-1.013 (e-STJ), na qual a parte

agravada pede a majoração dos honorários advocatícios recursais com base no art. 85, § 11, do CPC/2015.

O Tribunal local não admitiu o processamento do recurso especial ante a falta de vulneração aos dispositivos tidos por violados, bem como pela incidência da Súmula 7 do STJ e pela falta de demonstração do dissídio jurisprudencial.

Brevemente relatado, decido.

Preliminarmente, a concessão de efeito suspensivo ao reclamo deve ser indeferida, pois somente será admitida em situações extremamente excepcionais, a saber: quando demonstrada a alta probabilidade de provimento do recurso especial, nos casos de dano de difícil reparação, ou quando o acórdão for contrário à jurisprudência pacífica desta Corte, o que não é o caso dos autos.

Ademais, destaca-se que não cabe a este Tribunal apreciar ofensa a súmula em recurso especial, uma vez que o enunciado de súmula não se insere no conceito de lei federal, previsto no art. 105, II, *a*, da Constituição Federal.

Esse entendimento foi consubstanciado com a edição da Súmula 518 desta Corte, que determina: "Para fins do art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula".

No mais, o Tribunal de Justiça, ao julgar o agravo de instrumento, consignou o seguinte (e-STJ, fls. 872-875 - sem grifo no original):

Na origem, trata-se de execução de título extrajudicial, movida em decorrência do não pagamento de duplicatas comerciais.

Em caráter preliminar, o executado requereu a concessão dos benefícios da gratuidade judiciária, o que foi negado pelo DD Juízo *a quo*, na decisão ora agravada.

**Colhe-se dos autos, por exemplo, às fls. 219, a declaração de bens e direitos no montante de 300.000,00, em 31/12/2015, segundo declaração prestada à Receita Federal. Este montante diz respeito ao bem imóvel, ora em discussão, penhorado em 50%, pelo DD Juízo *a quo*. Além disso, constata-se que o agravante aufere rendimentos de pessoa jurídica. Por todo o exposto, existem indícios que afastam a declaração de pobreza firmada pelo executado, e tornam imperativa a manutenção do indeferimento dos benefícios da assistência judiciária gratuita realizada, em primeira instância.**

Quanto ao bem imóvel de matrícula nº 47.428, sua impenhorabilidade foi afastada, quando do julgamento do agravo de instrumento nº

2069092-41.2017.8.26.0000, de Relatoria deste Desembargador, mediante votação unânime.

Nesta oportunidade os mesmos argumentos foram trazidos pelo agravante, sendo, presentemente, mais uma vez rechaçados.

Ora, por mais que a Lei nº 8.009/90, em seu art. 1º, faça a previsão de impenhorabilidade para o imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, fato é que o mesmo diploma legal contempla exceção, cujo termo merece ser transcrito:

Art. 4º Não se beneficiará do disposto nesta lei aquele que, sabendo-se insolvente, adquire de má-fé imóvel mais valioso para transferir a residência familiar, desfazendo-se ou não da moradia antiga.

**A análise dos autos permite a constatação de que o imóvel de matrícula nº 47.428 incide perfeitamente no disposto pelo citado artigo, afinal, muito embora o recorrente defenda a tese de que este imóvel foi adquirido em substituição ao bem de matrícula n. 11.763, são patentes as incompatibilidades entre os dois imóveis, conforme se pode constatar nas escrituras de compra e venda que constam nos autos. (fls. 1.017/1.019 e 1.023/1.024).**

Constata-se no livro nº 540, fls. 146/148, do 3º Cartório de Notas e Protesto de Araçatuba, que o imóvel situado na rua Dirceu de Moraes, n. 112, Araçatuba/Sp, possuía 126,24 m² de área construída, com o valor venal de R\$ 32.414,68, no exercício contemporâneo à escritura, efetivada no dia 16/12/2013. (fls. 1.017/1.019) Comparativamente, no livro n. 537, fls. 286/287, do 1º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de Araçatuba, o imóvel situado na rua Argentina, n. 1.235, Araçatuba/SP, matrícula n. 47.428, possuía 610,60 m² de área construída, com valor venal de R\$ 272.51,36, no exercício correspondente ao da escritura, efetivada no dia 20/12/2013. (fls. 1.023/1.024) **Indiscutivelmente, são atestadas discrepâncias entre os imóveis, daí a conclusão de que o imóvel matrícula n. 47.428 é superior, quanto ao preço e qualidade, situando-se em área valorizada do município, enquadrando-se, por via de consequência, na previsão do art. 4º, da Lei n. 8.009/90, por ser um bem mais valioso.**

Conclui-se, enfim, sobre a necessidade de aplicação do art. 4º, da Lei 8.009/90, para que a impenhorabilidade admitida por essa lei não seja um artifício utilizado em detrimento do interesse do credor, legitimamente constituído.

**No momento em que o agravante alienou o bem imóvel matrícula n. 11.763, demonstrou que o mesmo não lhe servia mais à moradia ou subsistência, muito embora tal bem tenha tido sua impenhorabilidade reconhecida nos autos do processo n. 0004714-34.2005.8.26.0032. Assim, ao adquirir imóvel cujo valor venal, descrito na escritura, é superior, submeteu-se ao risco de que o mesmo fosse penhorado, haja vista a persistência de processos em que figura como executado.**

Assim, o imóvel matrícula n. 47.428 não goza de impenhorabilidade, sob pena de ser prestigiada a má-fé do executado, nos termos do art.

4º, da Lei n. 8.009/90.

Ante o exposto, nega-se provimento ao recurso.

No julgamento dos embargos de declaração, o TJSP esclareceu que (e-STJ, fls. 908-910):

Na espécie, o agravo de instrumento interposto pelo ora embargante visava à reforma da r. decisão interlocutória que indeferiu o pedido de gratuidade jurídica e acolheu em parte a impugnação à penhora, com o fim de que a mesma recaísse sobre 50% do imóvel matrícula n. 47.428.

Nesse sentido, citando o v. acórdão:

Colhe-se dos autos, por exemplo, às fls. 219, a declaração de bens e direitos no montante de 300.000.00. em 31/12/2015, segundo declaração prestada à Receita Federal. Este montante diz respeito ao bem imóvel, ora em discussão, penhorado em 50%. pelo DD Juízo *a quo*. Além disso, constata-se que o agravante auferir rendimentos de pessoa jurídica. Por todo o exposto, existem indícios que afastam a declaração de pobreza firmada pelo executado, e tornam imperativa a manutenção do indeferimento dos benefícios da assistência judiciária gratuita realizada, em primeira instância. [...] A análise dos autos permite a constatação de que o imóvel de matrícula nº 47.428 incide perfeitamente no disposto pelo citado artigo, afinal, muito embora o recorrente defenda a tese de que este imóvel foi adquirido em substituição ao bem de matrícula n. 11.763. são patentes as incompatibilidades entre os dois imóveis, conforme se pode constatar nas escrituras de compra e venda que constam nos autos. (fls. 1.017/1.019 e 1.023/1.024).

Isto posto, o acórdão foi preciso ao indeferir a gratuidade com base na análise dos documentos que foram apresentados nos autos. Quanto à impenhorabilidade do imóvel matrícula nº 47.428, tampouco se constata omissão ou contradição, isso porque foram constatadas incompatibilidades entre o imóvel alienado e o adquirido, de modo que foi possível a conclusão de que o imóvel em discussão é superior, daí o conseqüente enquadramento na previsão feita pelo art. 4º, da Lei nº 8.009/90.

Quanto ao intuito de prequestionar os dispositivos legais para admissibilidade de acesso aos tribunais superiores, salienta-se que o problema não é novo e trata do conceito acerca do "prequestionamento", por todos reconhecido como pressuposto para o conhecimento dos recursos especial e extraordinário no âmbito dos C. Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal.

Há, nesse sentido, uma forte tendência para se mitigar o formalismo estrito, que, a rigor, nada contribui para a finalidade do instituto, que é o de deixar patente a discussão e a decisão acerca da temática específica a ser solucionada pelas Cortes Superiores.

Com efeito, da leitura dos trechos acima, observa-se que não houve debate sobre a caracterização da penhora do bem do ponto de vista da infringência aos arts. 792 e 828 do NCPC, haja vista que a conclusão do Tribunal de origem se deu única e exclusivamente com base na particularidade do art. 4º da Lei n. 8.009/1990, não havendo, portanto, o devido prequestionamento, tampouco arguiu-se ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, o que atrai o óbice das Súmulas 282 do STF e 211 do STJ.

Ademais, "a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei" (REsp 1.639.314/MG, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 4/4/2017, DJe 10/4/2017).

Impende registrar que, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a falta de prequestionamento impede o conhecimento do recurso lastreado, também, na alínea c do permissivo constitucional.

Relativamente à pretensão de concessão da gratuidade da justiça, não se desconhece que a declaração de hipossuficiência formulada pela parte, ora recorrente, goza de presunção de veracidade (art. 99, § 3º, do CPC/2015), sendo suficiente, por si só, em regra, ao deferimento do pedido.

Contudo, subsistindo dúvidas a respeito dessa veracidade, "as instâncias ordinárias podem examinar de ofício a condição financeira do requerente para atribuir a gratuidade de justiça, haja vista a presunção relativa da declaração de hipossuficiência" (AgInt no REsp 1.641.432/PR, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe 4/4/2017).

No mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE. EXAME DA CONDIÇÃO FINANCEIRA PELO MAGISTRADO. POSSIBILIDADE.

1. O art. 4º, § 1º, da Lei n. 1.060/1950, à época de sua vigência, e o art. 99, § 3º, do CPC/2015 estabeleceram presunção relativa de veracidade à declaração de hipossuficiência financeira das pessoas físicas que pleiteiam a concessão do benefício de gratuidade de justiça.

2. Na falta de impugnação da parte ex adversa e não havendo, nos autos, indícios da falsidade da declaração, o órgão julgador não deve exigir comprovação prévia da condição de pobreza.

**3. Havendo dúvidas quanto à veracidade da alegação de hipossuficiência, o atual posicionamento jurisprudencial desta Corte é no sentido de que "as instâncias ordinárias podem examinar de ofício a condição financeira do requerente para atribuir a gratuidade de justiça, haja vista a presunção relativa da declaração de hipossuficiência" (AgInt no REsp 1.641.432/PR, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe 04/04/2017).**

4. Hipótese em que o recurso especial encontra óbice nas Súmulas 7 e 83 do STJ, tendo em vista que o Tribunal de Justiça indeferiu o benefício porque a renda da parte requerente poderia suportar os ônus do processo.

5. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 793.487/PR, Rel. Ministro **GURGEL DE FARIA**, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/8/2017, DJe 4/10/2017 - sem grifo no original)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ.

1. É relativa a presunção de hipossuficiência, oriunda da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita, podendo o magistrado indeferir o pedido, caso encontre elementos que infirmem sua miserabilidade.

2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7/STJ.

3. No caso, o Tribunal de origem, com base nas provas coligidas aos autos, concluiu pela inexistência dos requisitos necessários à concessão da assistência judiciária gratuita. Alterar tal conclusão demandaria o reexame de fatos e provas, inviável em recurso especial, a teor do disposto na mencionada súmula.

4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 875.178/RS, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 1º/9/2016, DJe 6/9/2016)

Na hipótese em apreço, verifica-se que o Tribunal de Justiça, utilizando-se do entendimento acima delineado, denegou o pleito de gratuidade de justiça, em análise ao conjunto fático-probatório dos autos e das peculiaridades do caso concreto, concluindo pela ausência de comprovação da situação de miserabilidade do agravante.

Dessa forma, não há como rever as premissas fáticas alcançadas pelas instâncias ordinárias sem a inevitável reapreciação de fatos e provas, providência vedada

no âmbito do recurso especial, nos termos da Súmula n. 7/STJ.

Quanto à impenhorabilidade do bem, constata-se que o Tribunal estadual, após a acurada análise do conjunto fático-probatório dos autos, consignou que a documentação acostada não milita em favor da alegação do agravante.

Sobre a caracterização do bem constrito como sendo de família, as instâncias precedentes, de modo uníssono, com esteio nos elementos fático-probatórios acostados aos autos, concluíram pela penhorabilidade do bem, na medida em que "foram constatadas incompatibilidades entre o imóvel alienado e o adquirido, de modo que foi possível a conclusão de que o imóvel em discussão é superior, daí o conseqüente enquadramento na previsão feita pelo art. 4º, da Lei nº 8.009/90" (e-STJ, fl. 909).

Nesse contexto, a argumentação expendida no recurso especial, consistente na caracterização de bem de família, em contrariedade ao que assentaram as instâncias precedentes, com base justamente nos elementos fático-probatórios reunidos nos autos, enseja a alteração da moldura fática delineada pelo Tribunal de origem, providência vedada nos termos do enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

Além disso, conforme dispõe a uníssona jurisprudência desta Corte de Justiça, a incidência do enunciado n. 7 da Súmula do STJ obsta o exame do alegado dissídio jurisprudencial, notadamente porque o confronto entre o aresto paradigma e o acórdão recorrido, que naturalmente reclama a consideração sobre a situação fática própria de cada julgamento, em tal circunstância, fica impossibilitado.

Por fim, em relação à majoração dos honorários advocatícios recursais, verifica-se que o recurso especial foi interposto contra acórdão proferido no julgamento de agravo de instrumento, apresentado, por sua vez, para questionar decisão que indeferira pedido de gratuidade judiciária.

Observa-se que não houve menção a honorários advocatícios, nem na decisão interlocutória proferida pelo Desembargador relator, nem no acórdão do agravo de instrumento proferido pela Turma recursal do TJSP.

Nos termos da interpretação conferida ao § 11 do art. 85 do CPC/2015 pela Terceira Turma, constitui pressuposto para a majoração dos honorários a

circunstância de tal verba ser devida "desde a origem no feito em que interposto o recurso" (EDcl no AgInt no REsp n. 1.573.573/RJ, desta relatoria, DJe 8/5/2017).

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS RECURSAIS. ART. 85, § 11º, DO CPC. DISPOSITIVO LEGAL QUE CONDICIONA O ARBITRAMENTO DESTES À FIXAÇÃO EM MOMENTO ANTERIOR DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS, POIS APENAS PREVÊ A MAJORAÇÃO. RECURSO INTERPOSTO CONTRA ACÓRDÃO PROFERIDO EM JULGAMENTO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE ARBITRAMENTO, TENDO EM VISTA QUE NESTA ESPÉCIE DE RECURSO NÃO SÃO ARBITRADOS HONORÁRIOS EM DESFAVOR DO SUCUMBENTE. AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (AgInt no REsp n. 1.727.123/DF, Relator o Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**, DJe 7/12/2018)

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator